

2021, o ano do grito e da resistência indígena: da ameaça do Marco Temporal ao reconhecimento dos verdadeiros guardiões da floresta e do clima na COP 26

Página 3

Dia Internacional dos Direitos Humanos para quem: vozes críticas e atentas, nos limites de suas possibilidades, continuam a ecoar pedidos para que as injustiças e as violações não sejam silenciadas

Páginas 4 e 5

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLIII • Nº 441
Brasília-DF • Dezembro 2021

**APÓS
ARTICULAÇÕES
INDÍGENAS,
MARCO TEMPORAL
ENTRA NA PAUTA
DE 2022**

Páginas 10 e 11

Governo autoriza garimpo em áreas preservadas e segue com sua política de devastação de florestas e territórios tradicionais

Diante do clamor nacional e internacional para que o governo brasileiro retire os garimpeiros (e suas máquinas) e os impeça (assim como os demais invasores) de adentrarem em territórios indígenas - fato notabilizado principalmente pela dramática situação dos povos Yanomami, Makuxi, e Mundurucu -, fomos impactados com a descoberta da liberação de sete projetos de mineração na região noroeste do Amazonas, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

A autorização foi dada pelo general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), na região onde existem cerca de 23 povos indígenas. Esta é uma ação extremamente temerária, inconstitucional e potencialmente genocida para os povos isolados daquela região. A ação do ministro do GSI é articulada com outros poderes para viabilizar a abertura dos territórios indígenas à mineração, apressar a aprovação do Projeto de Lei (PL) 191/202 e para mudanças tanto no código da mineração quanto na própria Constituição Federal.

O governo do presidente Jair Bolsonaro tem implantado uma política de destruição de todos os órgãos de fiscalização e proteção do meio ambiente e das populações originárias e tradicionais. A norma tem sido beneficiar empresas e empresários que têm apoiado o governo com as liberações para as exploração e destruição de todo ecossistema onde se localizam os povos indígenas e demais povos. Para este governo, floresta boa é floresta derrubada e asfaltada, e índio bom é o índio que colabora com esse modelo predatório.

O general Augusto Heleno, que é também secretário-executivo do Conselho de Defesa Nacional, já aprovou mais de

80 consentimentos prévios de exploração mineral em toda a região amazônica. Na região de São Gabriel da Cacheira, onde foram aprovados os sete consentimentos prévios de estudo e exploração mineral, serão impactadas diretamente ao menos duas terras indígenas, além de toda a região que estava ainda intocada e preservada.

Como nos lembra o escritor Eduardo Galeano, no livro "As veias abertas da América Latina", a história da América Latina é a história dos movimentos predatórios de exploração das riquezas naturais. Esse movimento é visível no governo liderado por Jair Bolsonaro, que retoma essa exploração com os novos escravos, com a lavagem do ouro, no local onde se vive; ali se come, ali se dorme, ali se morre, sem nenhuma perspectiva de futuro. Por mais que os analistas tenham previsto tempos difíceis com o atual governo, jamais se poderia imaginar tamanha destruição. Vivemos momentos de múltiplas crises, inclusive institucionais, de forma intencional, irracional, desequilibrada.

Não bastasse a insensibilidade, o descaso e a inação do governo federal na prevenção, contenção e cuidados frente à pandemia de Covid-19, impondo ainda mais sofrimento aos povos indígenas com mortes, tristeza e miséria, eles ainda são surpreendidos com a espoliação de seus territórios e da terra-mãe, que está sendo incentivada, autorizada e legitimada por quem deveria protegê-los.

A Constituição Federal proíbe a exploração dos territórios, sendo estes de usufruto exclusivo dos povos indígenas. A Constituição está sendo totalmente vilipendiada por autoridades que deveriam zelar pelo seu cumprimento, com o devido compromisso e responsabilidade.

Porantinadas

Política do "bom senso"

Em declarações feitas durante evento para apresentar propostas de retomada da indústria e geração de emprego, Bolsonaro afirmou que a decisão de "alguns colegas" do Supremo Tribunal Federal no julgamento da tese do marco temporal é "lamentável". Em outra ocasião, o presidente pediu "bom senso" ao STF para que o Brasil "não seja entregue aos índios". Isso porque o presidente é favorável a tese ruralista que advoga em nome dos interesses do agronegócio - e de grupos interessados na exploração econômica de terras indígenas - e que beneficia as ações predatórias de esbulho de terras tradicionais, seguindo na contramão do combate ao desmatamento e da proteção dos direitos constitucionais indígenas.

Estragos em curso

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) analisou a proposta do governo federal para o orçamento do meio ambiente em 2022 (PLOA 2022) e, na perspectiva comparativa com os orçamentos previstos e executados em 2020 e 2021, constatou estar em curso a "fragilização das políticas socioambientais e das suas formas de implementação, que levaram décadas para serem construídas". Isso devido aos baixos orçamentos e à baixa execução, mas também em função de mudanças significativas no modo de operar as políticas de fiscalização ambiental, do licenciamento e da gestão de áreas protegidas.

"A quem interessa isso?"

Questionou Jair Bolsonaro sobre o marco temporal, durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Na ocasião, o presidente chamou o ministro Edson Fachin de "trotskista-leninista" e garantiu que, em caso de derrota, terá "que tomar uma decisão", porque "este novo marco temporal simplesmente enterra o Brasil". Bolsonaro, mais uma vez, usou seu arsenal de "fake news" para defender a restrição em demarcações de terras indígenas e voltou a afirmar (mesmo já desmentido inúmeras vezes) que a rejeição do marco temporal criaria reserva do tamanho da região sul e inviabilizaria o agronegócio. Não satisfeito, o presidente comentou ainda sobre a sua mais recente indicação ao Supremo, André Mendonça. Na oportunidade, Bolsonaro disse "ter certeza" que não terá surpresas com a atuação do Mendonça no tribunal e destacou que, para alguém ser indicado, é preciso ter uma boa relação com ele. "Currículo vale? Vale, mas para ser indicado tem que tomar tubalina comigo (...) Se não, não dá certo", comentou.

VOCÊ DISSE NA ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU, QUE O BRASIL É UM EXEMPLO NA PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS...

...E A CARA NÃO FICOU NEM VERMELHA !!!



2021, o ano do grito e da resistência indígena

Da ameaça do Marco Temporal ao reconhecimento dos verdadeiros guardiões da floresta e do clima na COP 26

Por **Jorge Eduardo Oliveira**, Greenpeace

2021 foi um ano difícil para os povos originários brasileiros. A pleno vapor e fortalecida pela agenda anti-indígena do governo Bolsonaro, a ofensiva ruralista contra os direitos indígenas segue contando com a anuência e ou omissão dos demais poderes da República e de uma ampla parte do empresariado brasileiro.

Como fazem há mais de 500 anos, em 2021 os povos indígenas mais uma vez tiveram que resistir, ecoando um chamado em defesa da vida. Seja em seus territórios, em Brasília ou mesmo no Reino Unido, durante a COP 26, as lideranças indígenas ocuparam mentes e telas por seu direito de ser e de existir conforme seus costumes e tradições.

Algumas das maiores demonstrações dessa força ocorreram ao longo do ano na capital federal. Na luta contra o Marco Temporal, os indígenas foram a Brasília diversas vezes, montando acampamentos, realizando marchas, protestos e ações que denunciaram a violência e o perigo dessa proposta.

Em junho, o ímpeto da luta foi maior que o medo da COVID-19 e deu origem ao acampamento Levante pela Terra, que durou quase o mês inteiro e levou mais de mil indígenas de 43 povos a Brasília. Em agosto, o acampamento Luta pela Vida tornou-se a maior mobilização indígena da história, com mais de 6 mil participantes de 173 povos de todo o País. Em setembro, a segunda edição da Marcha Nacional das Mulheres Indígenas levou as guerreiras da ancestralidade para agitar seus maracás nas ruas da capital federal. Durante a marcha, o relator do Recurso Extraordinário 1.017.365/SC, o ministro Edson Fachin, leu seu voto contrário à tese do Marco Temporal, restabelecendo a verdade: essa tese é inconstitucional e não encontra o menor acolhimento em nosso ordenamento jurídico.

Outras ações importantíssimas promovidas ao longo de 2021 incluem o Acampamento Terra Livre, que deu início em abril, de maneira virtual, às mobilizações do movimento indígena; e o primeiro Fórum de Educação Superior Indígena e Quilombola, que aconteceu em outubro também em Brasília.

A luta não acabou

Esse conjunto de movimentos e articulações é a maior mobilização do movimento indígena no período pós-constituente. Essa luta, entretanto, não acabou: o julgamento do Recurso Extraordinário ainda está parado no Supremo Tribunal Federal (STF). Até agora, o placar segue 1x1 – Fachin votou contra a tese, mas o ministro Kássio Nunes Marques leu um muito criticado voto a favor. É preciso que o presidente da Corte, ministro Luiz Fux, ponha novamente esse assunto na pauta para que ele volte a ser apreciado. Quem “está na vez” para proferir seu voto é Alexandre de Moraes. 2022, portanto, promete ainda muita luta e mobilização para o movimento indígena.

A tese do Marco Temporal defende de maneira equivocada que os direitos indígenas começaram com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988 – e que, portanto, as demarcações de territórios só valeriam para as terras que estivessem sob posse e ocupação dos povos indígenas nesta data. Diversos especialistas afirmam que essa tese é inconstitucional, por ir contra o artigo 231 da própria Constituição Federal, que estabelece de maneira muito clara os “direitos originários” dos povos indígenas – ou seja, seus direitos são anteriores à própria criação do Brasil ou do Estado Brasileiro.

Além disso, ela desconsidera as violências às quais os povos indígenas brasileiros têm sido submetidos ao longo do tempo: assassinatos, chacinas, genocídios, remoções forçadas e surtos de doenças. Não à toa, a tese do Marco Temporal é apoiada apenas por ruralistas e interessados na exploração predatória de territórios indígenas.

Foto: Eric Marky

Foto: Rafael Vilela

Foto: Rafael Vilela



Voz indígena na COP

Outro palco importantíssimo ocupado pelas lideranças foi a Conferência do Clima, a COP 26, que aconteceu em novembro na cidade de Glasgow, no Reino Unido. O Brasil teve a maior delegação indígena da sua história – cerca de 40 representantes, que estiveram lá sem nenhum apoio do governo federal – e deixou um recado muito claro: sem a participação dos povos originários, nenhuma medida de combate à crise climática será duradoura e eficaz.

A COP 26 também teve falas de comunidades tradicionais, juventudes e movimentos sociais, como o negro e feminista. A jovem rondoniense Txai Suruí, representante do povo Paiteer Suruí, foi a única brasileira a discursar na abertura do evento – com uma fala que chamou a atenção e emocionou todo o mundo: “Enquanto vocês estão fechando os olhos para a realidade, o guardião da floresta Ari Uru-Eu-Wau-Wau, meu amigo de infância, foi assassinado por proteger a natureza. Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar no centro das decisões que acontecem aqui. Nós temos ideias para adiar o fim do mundo. Vamos frear as emissões de promessas mentirosas e irresponsáveis;

vamos acabar com a poluição das palavras vazias, e vamos lutar por um futuro e um presente habitáveis”.

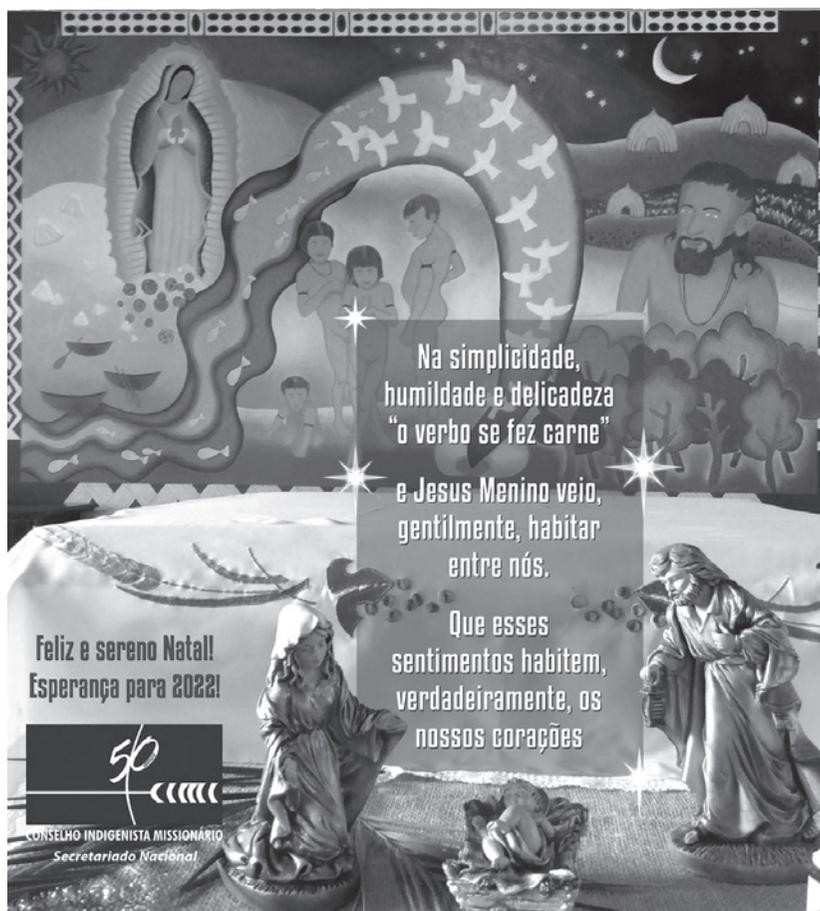
Para o porta-voz da Campanha Amazônia do Greenpeace Brasil, Danicley Aguiar, 2021 mostrou como as lideranças indígenas se mantêm firmes na luta pelo reconhecimento e contra a violação de seus territórios ancestrais: “Num contexto de enfrentamento à crise climática, o recado das lideranças indígenas foi dado: eles são parte da solução e não do problema. Ao violar direitos

e territórios, o agronegócio se coloca como parte do problema e deve ser instado a rever tal postura, sob pena de assistirmos a um aprofundamento da crise climática global”.

Luta dos povos

As ações dos povos indígenas e de comunidades pela conservação das florestas e de seus territórios tradicionais também abordam a retirada do pacote de destruição ambiental em pauta no Congresso Nacional – como o Projeto de Lei 191/2020, que prevê a liberação de atividades como mineração, garimpo, extração de petróleo e gás dentro de Terras Indígenas; os Projetos de Lei PL 2.633/20 e o PL 510/21, os “PLs da Grilagem”, que vão anistiar e facilitar a vida de ladrões de terras públicas; e o Projeto de Lei que acaba com o licenciamento ambiental, o PL 2.159/21.

No Brasil existem atualmente 305 povos indígenas, falando mais de 274 línguas. Temos 114 povos indígenas isolados e de recente contato, que habitam 1.298 terras indígenas – sendo 408 homologadas e 829 em processo de regularização ou reivindicadas. ♦



Simple assim

- Ir e vir
- Estar e permanecer
- Retornar e retomar
- Plantar e colher
- Comer e saborear
- Dormir e sonhar
- Viver e morrer

- Ser ou não ser
- Fazer ou desfazer
- Amar ou odiar
- Cuidar ou desprezar
- Salvar ou abandonar
- Crer ou ignorar
- Lutar ou acovardar

- Esperançar
- Construir
- Doar
- Pulsar
- Partilhar
- Transformar
- Eternizar

- Natalizando-se
- Evangelizando-se
- No Bem Viver!

Roberto Liebgott

Dia Internacional dos Direitos Humanos para quem?

Vozes críticas e atentas, nos limites de suas possibilidades, continuam a ecoar pedidos para que as injustiças e as violações não sejam silenciadas

Por **Hellen Loures**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Não há o que se comemorar no país das violações de Direitos Humanos e das políticas anti-civilizatórias. Onde os custos da devastação e dos crimes contra a vida são banalizados por seus governantes e encarados como normalidade. Violências que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris há 73 anos, em 10 de dezembro de 1948, procurou combater, num esforço para que as vidas fossem respeitadas em sua integralidade e para a concretização de políticas justas, que apontassem o rumo da construção de uma ética de respeito à diversidade.

No entanto, na contramão da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo assiste ao genocídio de povos originários com a pressão sobre seus territórios e negligência do atendimento básico de saúde e, todos os anos, observa-se o aumento da truculência e ultraje com os quais os povos indígenas são tratados em todo o país. “Mesmo se tratando de uma população desrespeitada e violentada ao longo de mais de cinco séculos, é inegável que, a partir de 2019, com a eleição do governo Bolsonaro, houve um recrudescimento e, pior ainda, um incentivo às práticas ilícitas e violentas contra os povos indígenas”, constatou o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, com dados de 2020, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O documento aponta que a morosidade e omissão do Estado na regularização do território indígena tem causado intensos conflitos e severas violações de direitos humanos como fome, violências de todo tipo, assassinatos, hipervulnerabilidade social, bem como incapacidade do povo de viver a partir dos seus usos, costumes e tradições, como previsto na Carta Magna do país. Tais informações também podem ser verificadas no relatório da própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que lançou, no início de 2021, um documento que descreve a situação dos direitos humanos no Brasil.

Na ocasião, a CIDH analisou, entre outras coisas, as situações das comunidades quilombolas, povos indígenas, camponeses e trabalhadores rurais, pessoas sem-terra e sem-teto, assim como aquelas que moram em favelas e áreas periféricas. De acordo com o relatório, a Comissão buscou o ponto de conexão entre as violações sofridas por esses indivíduos e comunidades e a sua estreita vinculação com o processo de exclusão histórica no que diz respeito ao acesso à terra, bem como à privação efetiva a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

“Muitas dessas pessoas, por conta da discriminação baseada na origem étnico-racial, acabam em um ciclo de pobreza que as impele a situações habitacionais extremamente precárias e, por consequência, as expõem à violência perpetrada por grupos e organizações criminosas”, destaca o documento, que expõe um país que internacionalmente vem sendo criticado por adotar práticas que contrariam tudo que dispõe os Direitos Humanos.



Indígenas Guarani kaiowá fortalecem reivindicação contra violação de direitos humanos em visita da Delegação da CIDH

O relatório frisa ainda que se soma aos problemas apresentados, a emergência de agendas parlamentares que visam minar os avanços no âmbito das políticas indigenistas. “A esse respeito, a Comissão recebeu informações de que, no final de 2018, havia mais de 100 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que objetivavam a restrição de direitos indígenas, especialmente em matéria de demarcação de terras”, aponta o documento.

Sobre a tese do marco temporal, o relatório afirma que a Comissão considera a tese como contrária às normas e padrões internacionais e interamericanos de direitos humanos, especialmente a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. “No entender da CIDH, a tese do marco temporal desconsidera os inúmeros casos nos quais povos indígenas haviam sido violentamente expulsos dos territórios que ocupavam tradicionalmente e, apenas por essa razão, não o ocupavam em 1988”, lembra o documento

Pedidos de socorro

Os dados do Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil relatou que, no Amazonas, em agosto de 2020, indígenas do povo Maraguá recorreram ao Ministério Público Federal (MPF) para denunciar abusos praticados por policiais militares durante o caso que ficou conhecido como “massacre do rio Abacaxis”. Além do assassinato de dois indígenas do

povo Munduruku e de quatro ribeirinhos – e do desaparecimento de outros dois – durante a operação, que reuniu mais de 50 policiais na região dos rios Abacaxis e Marimari, nos municípios de Borba e Nova Olinda do Norte (AM), a comunidade relatou o uso de armas de fogo para intimidar moradores, crianças e idosos, atingidos por agressões e ameaças. Os relatos indicam a ocorrência de uma série de graves violações de direitos humanos, que um ano depois ainda aguardam a conclusão das investigações da Polícia Federal e do MPF.

Na região sul, segundo o relatório, o defensor regional de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (DRDH-RS), Gabriel Saad Travassos, protocolou na Justiça Federal uma Ação Civil Pública (ACP) contra a União, a Funai, e o estado do Rio Grande do Sul, para garantir o fornecimento de alimentos, materiais de higiene, assistência médica e assistência social às comunidades indígenas isoladas no estado, em função da pandemia da Covid-19.

Outro cenário descrito no documento ocorreu no final de 2020, quando a grave situação nas TIs Yanomami e Munduruku levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a emitir medidas cautelares em favor dos povos que habitam estes territórios. Segundo a CIDH, os Yanomami e os Ye'kwana estão “em situação grave e urgente, pois seus direitos correm risco de danos irreparáveis”. O organismo ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA) também pediu ao Estado providências para a proteção dos Munduruku, em situação de risco no contexto da pandemia da Covid-19, “especialmente quando se considera a sua situação de particular vulnerabilidade, as falhas no atendimento à saúde e a presença de terceiros não autorizados no seu território”.



Em outubro de 2019, lideranças dos povos Pataxó e Tupinambá, da Bahia, dos povos Macuxi, Wapichana e Aturau, de Roraima, e do povo Xavante, de Mato Grosso, participaram de Audiência Pública na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, e, junto a representantes de organizações indigenistas e voltadas à defesa direitos humanos, debateram os caminhos e os desafios para a defesa de seus direitos originários

“Falar de direitos humanos, para nós indígenas, é falar sobretudo sobre o direito à terra”

O Senado realizou uma sessão especial para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Na ocasião, o presidente da sessão, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) disse que “é preciso que todos se conscientizem que só terão acesso a liberdade e a outros direitos básicos quando a “pauta civilizatória” for respeitada”, publicou a Agência Senado.

O vereador de Aracruz e primeiro indígena eleito no Estado do Espírito Santo, Vilson Jaguaré (PT), foi um dos participantes da sessão e abordou temas como o marco temporal e a luta contra posseiros no Espírito Santo. “Falar de direitos humanos, para nós indígenas, é falar sobretudo sobre o direito à terra, o direito à vida, à dignidade. É onde nós perpetuamos nossas tradições, nossas vivências, e onde perpetuamos essa nossa forma de viver livre, integrado ao meio ambiente. Para os povos indígenas, viver sem terra não é uma forma livre de se viver”, destacou.

De acordo com o destaque do Jornal Século Diário, Vilson também denunciou a invisibilização das comunidades diante do poder público e as pressões que



Em pronunciamento via videoconferência, vereador na cidade de Aracruz e primeiro indígena eleito no Espírito Santo, Vilson Jaguaré

enfrenta desde que foi eleito. “Desde então, o desafio só aumenta. Eu não tinha noção de como é conviver com parlamentares que são extremamente preconceituosos, e que não nos querem nesses espaços de poder. Mas é importante estarmos lá, apesar do desafio. Estamos lá firme e forte”, disse.

Essa invisibilização, aponta o jornal, também foi citada pela coordenadora nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Guajajara. Presente no encontro, a liderança lembrou como as leis que garantem os direitos dos povos indígenas ainda são desrespeitadas no Brasil. “Até um passado recente da história da humanidade, nós indígenas não éramos nem considerados humanos.

Fomos escravizados, nossas mulheres estupradas, nossas crianças degoladas. Mas será que isso terminou? Infelizmente, eu digo a vocês que não. As leis atuais já nos incluem nessa humanidade, das quais falam os direitos humanos. Porém, todos os anos indígenas são encontrados sendo escravizados. Diariamente, mulheres indígenas são estupradas no país inteiro. Crianças indígenas seguem sofrendo com a desnutrição sugadas por dragas de garimpos, degoladas em rodoviárias no colo de suas mães. Os direitos humanos dos povos indígenas existem, mas muitas pessoas ainda negam nossa humanidade, inclusive pessoas que governam”, declarou Guajajara.

No Dia Internacional dos Direitos Humanos, organizações indígenas e indigenistas se reuniram, em ato público, em defesa da vida Yanomami

Por Ligia Apel, da Ascom Cimi Norte I, e Steffanie Schmidt, da Ascom Secoya

Em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, associações e organizações indígenas e indigenistas de Manaus e municípios do entorno se uniram ao grito como apoio ao povo que habita o maior território do Brasil. O objetivo foi chamar a atenção da sociedade e do mundo a respeito da política de genocídio contra o povo Yanomami e levantar recursos para o fortalecimento da luta de resistência, além de permitir a troca de informações e promover o intercâmbio entre os indígenas. O ato público foi promovido pela Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (FAMDDI) e contou com a presença de delegações das comunidades indígenas dos Estados de Roraima e do Amazonas.

De acordo com o professor Gerser Baniwa, coordenador da FAMDDI, esse é um grito de socorro e de resistência, pertencente a toda sociedade. “Em um momento em que os direitos humanos do povo Yanomami estão em evidência de ataque e violência, é justa e necessária a defesa e a solidariedade a esse povo. É pelo seu direito à vida, pelo seu direito à existência da forma que quiserem que ecoamos nossa voz”, disse o professor indígena.

Silvio Cavuscens, coordenador-geral da Associação Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami (Secoya), destaca que o projeto do Governo Federal de desmonte das políticas públicas voltadas aos povos originários que, aliado ao incentivo de práticas exploratórias, como o garimpo, colocam em xeque a existência dos indígenas.

“Essa postura agravou um quadro já caótico de desnutrição, verminose e malária fora de controle no território. A Covid-19 paralisou todos os demais serviços e a falta de assistência fez com que a Comissão Interamericana



A mobilização visou chamar a atenção da sociedade e do mundo a respeito da política de genocídio contra o povo Yanomami

de Direitos Humanos (CIDH) declarasse situação grave de risco de danos irreparáveis dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana. Além disso, essas comunidades vivem sob constante ameaça do garimpo que, agora, também têm interferência de organizações criminosas”, afirma o coordenador da Secoya, organização que atua há 30 anos no apoio ao povo Yanomami do médio rio Negro.

As consequências dessa negligência deliberada geram uma situação inaceitável, segundo Guenter Francisco Loebens, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte I. “Não dá para aceitar, é desumano demais essa violência consentida pelo governo contra o povo Yanomami associada à invasão garimpeira. Indígenas

isolados sendo assassinados, comunidades atacadas, doenças disseminadas na terra indígena, abuso sexuais de mulheres indígenas, indígenas submetidos a condições de trabalho sub-humanas, rios e florestas sendo depredados e poluídos levando a fome e a subnutrição. Não podemos ficar indiferentes diante de tanta violência. Basta desse crime contra a humanidade. O futuro do povo Yanomami também é nosso futuro”, declara.

Maior território demarcado no Brasil, a Terra Indígena Yanomami possui 9,6 mil hectares, equivalente ao tamanho de Portugal, onde habitam mais de 30 mil indígenas em 321 aldeias, incluindo povos recentemente contatados e alguns em isolamento voluntário. ♦

Após 10 meses, governo Bolsonaro vacinou apenas 44% dos indígenas contra Covid

Mesmo população indígena fazendo parte do grupo prioritário, Ministério da Saúde vem perdendo a batalha para as fake news e a influência de igrejas evangélicas; cenário mais grave envolve atraso de 4 meses para vacinar adolescentes

Por **Diego Junqueira e Isabel Harari**, Repórter Brasil

Por muito tempo, as fake news fizeram Patkore Kayapó ter medo da vacina da Covid. Delia Benites temeu morrer, mesmo imunizada, após a filha adolescente carregar o vírus da escola para casa. Já Edney Samias se preocupa com os parentes evangélicos não vacinados, e tenta convencê-los a tomar a primeira dose. Os três indígenas vivem em diferentes partes do Brasil, mas compartilham uma experiência comum: assistem diariamente ao fracasso do governo federal em imunizar os indígenas contra o coronavírus.

Quase um ano após o início da campanha, o Ministério da Saúde ainda não foi capaz de completar a imunização nem da metade dos 755 mil que vivem em Terras Indígenas (TIs), mesmo eles sendo parte do grupo prioritário de vacinação. Apenas 44% dos aldeados receberam as duas doses da vacina contra a Covid, segundo levantamento da Repórter Brasil com base no monitor de vacinação indígena, que traz os dados da população adulta, e no mais recente informe epidemiológico da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), que informa sobre a imunização dos adolescentes, ambos do Ministério da Saúde. Não há dados sobre doses de reforço.

O ritmo de aplicação é mais lento que o da população geral, já que 65% dos brasileiros estão completamente imunizados, segundo o consórcio de veículos de imprensa, e 9% receberam o reforço. Considerando apenas a 1ª dose, a vacinação alcançou 50% dos indígenas que vivem em TIs no dia 20 de novembro, data em que a dose inicial já havia chegado a 74% dos brasileiros. Os dados referem-se à população total, o que inclui todas as crianças e adolescentes.

O baixo ritmo de imunização dos indígenas deve-se às fake news, à influência de igrejas evangélicas nas TIs e ao discurso antivacina do presidente Jair Bolsonaro (PL), de acordo com lideranças, organizações indígenas e especialistas em saúde pública ouvidos pela reportagem. Além disso, eles apontam a incapacidade do



Kamani Trumai recebe a vacina contra a Covid-19 na aldeia Khinkatxi, Terra Indígena Wawii

Ministério da Saúde em barrar essa onda negacionista e sua lentidão com a vacinação dos adolescentes indígenas, iniciada com quatro meses de atraso.

“Nós Kayapó ficamos com medo de tomar a vacina. Vimos notícias nos jornais e nos grupos de WhatsApp falando que a vacina não é boa e que prejudica”, conta Patkore Kayapó, presidente da Associação Floresta Protegida (AFP), organização que representa 36 aldeias da etnia no Pará – essa é a região indígena com vacinação mais atrasada no país. Ele tomou a vacina em junho, cinco meses após o início da campanha.

Apenas 44% dos aldeados receberam as duas doses da vacina contra a Covid

A resistência de Patkore e de outros indígenas está mais relacionada aos discursos negacionistas atuais e ao contexto político. Isso porque, historicamente, a vacinação é bem aceita entre os indígenas. A pesquisadora Ana Lúcia Pontes, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), lembra que, na campanha da Influenza em 2020, foram vacinados 94% de todos os indígenas acima de seis meses (público-alvo da campanha) em três meses.

“Essa comparação mostra que a saúde indígena tem estrutura capaz de funcionar e que os indígenas têm experiência concreta de que a vacinação salva vidas. Fica claro que houve algo destoante nesta campanha da Covid”, diz Pontes. “O que nos preocupa é o contexto geral [de erros] no enfrentamento e a falta de planejamento [do governo]”.

O mais recente capítulo do descaso se verificou na vacinação dos adolescentes indígenas, que só foi liberada pelo Ministério da Saúde quatro meses após a Anvisa autorizar a aplicação na população de 12 a 17 anos. Enquanto diversas cidades iniciaram essa vacinação em junho, a campanha dos indígenas começou, a conta-gotas, apenas no final de outubro.

Segundo o último boletim da Sesai, dos 34 distritos de saúde indígena, apenas 15 aplicaram doses nesse grupo. Com isso, só 22% dos adolescentes receberam a primeira dose até 27 de novembro. Como comparação, entre os não indígenas, 70% receberam a dose inicial e 23%, a segunda.

Esse atraso quase terminou em desastre na casa de Delia Benites, que vive na TI Guasu Guavirá, em Terra Roxa (PR).

Após 20 meses de pandemia, o retorno presencial das três filhas à escola era motivo de alegria até sua filha Marlene, de 12 anos, dar os sinais do coronavírus em outubro: muita dor de cabeça. Como a dipirona não dava conta da dor, a jovem foi levada a um hospital, onde testou positivo para Covid.

Covid 19 - Comparação entre vacinação de indígenas aldeados e a população do Brasil em geral (em %)

Índices de imunização são mostrados conforme faixa etária e população total, para a 1ª dose (D1) e 2ª dose (D2)



Fonte: Ministério da Saúde e consórcio de veículos de imprensa

→ “Depois que a Marlene passou mal, foi a vez da minha filha mais velha, Denise, de 15 anos. Depois passou para a Arlene, de 9, e no final fui eu. Peguei e quase morri. Fiquei 15 dias de cama, sendo uma semana no hospital”, conta a mãe, que já havia tomado as duas doses.

A família guarani é o retrato de como os indígenas não foram tratados como prioridade pelo governo federal – embora o STF tenha feito essa determinação. As filhas de Delia poderiam ser vacinadas desde junho, mas receberam as doses apenas em novembro, após adoecerem. Tampouco houve atenção no âmbito municipal. Terra Roxa iniciou a vacinação de adolescentes em 22 de setembro, com foco em alguns grupos prioritários, mas deixou os indígenas de fora.

“Os alunos precisam da aula presencial, mas também precisam estar protegidos. Não tem vacina para as crianças menores, e para os adolescentes demorou a chegar”, lamenta Delia, que espera por sua dose de reforço.

O atraso com os adolescentes é crucial para entender por que o Brasil deve encerrar 2021 sem vacinar metade dos indígenas aldeados: nas TIs, os jovens com menos de 18 anos são quase 50% da população. Por isso, eles não poderiam ser negligenciados.

“Mesmo se a vacinação da Covid para maior de 18 fosse um sucesso, não seria possível controlar a circulação viral totalmente porque haveria um grande contingente sem estar vacinado e que continuaria suscetível à doença”, diz Pontes. “Nós alertamos para isso”.

Além da demora do governo, outro problema é logístico, segundo apurou a Repórter Brasil junto a trabalhadores da área da saúde indígena, já que a vacina da Pfizer tem validade de apenas 31 dias em geladeiras comuns.

Com o atraso nessa faixa etária, há relatos de aumento de casos. No final de outubro, os casos de Covid explodiram nas escolas da Reserva Indígena de Dourados (MS), e as aulas foram suspensas temporariamente. Entre 17 de outubro e 20 de novembro foram registrados 226 novos casos no Dsei Mato Grosso do Sul, a mais alta taxa entre os 34 distritos no período.

“Essa demora foi um fator decisivo para o surto em Dourados”, conta um indígena do povo Guarani Kaiowá que preferiu não se identificar. A vacinação em adolescentes indígenas no Estado teve início em 29 de setembro, enquanto a campanha entre os não indígenas da mesma faixa etária começou um mês e meio antes.

No Paraná, o número de casos e mortes entre indígenas vem subindo desde outubro, segundo dados da secretaria estadual de saúde: foram 364 casos e 6 mortes nos últimos dois meses, ante 166 e duas mortes nos dois meses anteriores.

Quem sofre as consequências são os jovens indígenas. Em Terra Roxa, o aumento de casos fez a prefeitura tomar uma medida controversa para controlar o surto: vai deixar de buscar os jovens indígenas nas aldeias para as escolas.

A Repórter Brasil procurou a prefeitura de Terra Roxa (PR), mas não houve resposta.

A Sesai disse que iniciou o planejamento para vacinar os adolescentes indígenas em julho, mas não comentou por que a campanha do grupo só começou no final de outubro nem sobre o fato de mais da metade dos indígenas aldeados estar sem a vacinação completa. A secretaria ressaltou que 83% dos adultos estão com o ciclo vacinal completo.

Já a Secretaria de Saúde do Paraná afirmou, em nota, que mantém diálogo com o Dsei Litoral Sul e municípios para desenvolver ações de prevenção e controle, e que a vacinação dos povos indígenas ocorre “de forma satisfatória” no estado. Sobre os óbitos, a secretaria observou que os casos recentes afetam principalmente idosos acima de 70 anos, já que eles foram vacinados no início da campanha de imunização, o que aponta para a necessidade de revacinação do grupo.



Associação dos Kayapó organizou campanha própria para estimular a vacinação (Ilustração)

Fake news e evangélicos

Se na população geral as fake news não minaram a vacinação, entre os indígenas a desinformação saiu vitoriosa, diante da falta de ação do poder público.

“Sem a presença de interlocutores qualificados e comprometidos para enfrentar a desinformação, as fake news prosperaram e se enraizaram”, analisa Adriano Jerolimski, assessor da Associação Floresta Protegida.

É nesse vácuo de informação técnica que invasores de terras indígenas ganharam espaço e prejudicaram a vacinação. “No grupo dos garimpeiros no WhatsApp cada um fala o que convém”, desabafa um funcionário da saúde que atua no território kayapó, sob anonimato.

Para reverter o cenário de desinformação, a associação publicou cartilhas e podcasts informativos. Uma das estratégias foi a produção de materiais explicando que é possível conciliar a medicina tradicional e científica, já que parte dos indígenas preferiu o uso de remédios ‘do mató’ à vacina. “O remédio [tradicional] protege o meu corpo, mas mesmo assim tomei a vacina”, conta Patkore.

A atividade de frentes religiosas também aparece como entrave à campanha. No Mato Grosso do Sul, indígenas do povo Guarani Kaiowá revelaram que a dificuldade de aceitação da vacina está atrelada à “atuação de algumas igrejas, em especial a igreja pentecostal”.

A influência religiosa afeta também outros povos. “Muitos dos nossos indígenas são evangélicos e têm esse medo, acham que a vacina vai fazer mal, que vão virar jacaré”, diz Edney Samias, liderança Kokama em Tabatinga (AM) que perdeu mais de 100 parentes para a Covid no ano passado.

“Alguns até receberam a vacina, mas foram com a Bíblia orar em cima da vacina. Só que muitos não aceitaram até agora”, completa.

Questionada, a Sesai declarou que, “no início da campanha”, houve “alguns comportamentos contrários à

vacina em virtude de informações falsas”, mas que ações de esclarecimento geraram adesão à vacinação.

A Sesai implementou ao longo do ano diversos planos para alavancar a campanha, mas não tiveram o impacto desejado, avalia a pesquisadora da Fiocruz. “Os índices de vacinação subiram até maio, depois foi bem devagar. Fizeram os planos de sensibilização e campanhas de reforço, mas os índices subiram muito pouco. A campanha achatou”, diz Pontes.

A aplicação da dose de reforço, considerada fundamental para o controle da pandemia, também é irregular. Uma liderança Guarani Kaiowá disse à reportagem que a aplicação começou em 27 de novembro em Dourados. Já um Munduruku entrevistado na última semana de novembro não tinha notícia em sua região.

Nesse cenário de ausência do poder público, as organizações indígenas acabaram assumindo a dianteira para tentar convencer os parentes a receber suas doses, mas relataram pouco apoio do governo.

“É nós por nós”, conta Regis Guajajara, conselheiro local de saúde da aldeia Zutiwa, Terra Indígena Arari-bóia (MA).

Ele destaca que as associações indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e Coordenação das articulações dos Povos Indígena do Maranhão (Coapima) foram fundamentais para o enfrentamento da Covid e para a campanha de vacinação.

“O avanço depende de comunicação permanente, o que não aconteceu até agora. A dose de reforço chegou na semana passada, mas está sendo difícil porque os parentes não querem se vacinar por conta das fake news. Tem resistência também de quem não se sentiu bem nas primeiras doses”, diz Regis.

“Na saúde indígena a comunicação é muito quebrada. A gente ficou remando contra a maré”, disse, sob anonimato, um funcionário da saúde que atua no Pará. ♦

Movimento indígena continua vigilante sem se intimidar pelas ameaças do governo

Em Carta Pública, lideranças, organizações indígenas e parceiros, conclamam a sociedade para a defesa dos povos isolados

Por **Lígia Apel**, do Cimi Regional Norte I

“Destacamos que, diante do gradual enfraquecimento da política indigenista da Funai [Fundação Nacional do Índio], e do fortalecimento da pauta governamental contra nossos direitos, estamos aperfeiçoando cada vez mais nossas iniciativas autônomas e nossas estratégias para a proteção de nossos territórios, e para o bem viver dos povos indígenas isolados”. Esse é o alerta das organizações indígenas e indigenistas presentes no “II Encontro sobre Povos Indígenas Isolados e Recente Contato: Situações e desafios na proteção dos nossos parentes isolados”, realizado entre os dias 28 e 30 de novembro, em Santarém, no Pará (PA). O evento foi realizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Com o objetivo de debater sobre as situações e desafios da atual conjuntura e traçar planos de ação para os trabalhos de proteção dos povos indígenas que querem viver isolados, o encontro reuniu lideranças indígenas e indigenistas das diferentes regiões da Amazônia. Realidades que se diferenciam em especificidades, mas que possuem em comum o desejo e a coragem de defender as formas de vida dos povos isolados. Para isso é preciso planejar, dizem as lideranças: “sem um plano de proteção, povos Indígenas isolados estão correndo risco de vida”, afirmaram os participantes.

“Em diversas terras indígenas existe o risco de extermínio desses povos, como nas Terras Yanomami, em Roraima, no Vale do Javari, no Amazonas, em Itunataina, no Pará, e nos Uruwe Wau Wau, em Rondônia”, destaca Guenter Francisco Loebens, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte I, mais conhecido como “Chico do Cimi”. Para o missionário, “é uma ótima notícia a iniciativa da Coiab de criar uma rede de apoiadores indígenas nos diversos estados da Amazônia que já estão atuando na defesa dos povos indígenas isolados”, diz com entusiasmo e animado para a luta.

Na opinião de Chico, o movimento indígena precisa assumir a frente das ações “em defesa desses povos e de seus territórios, pois se encontram cada vez mais invadidos diante da ação e omissão governamental que, entre outras coisas, está inviabilizando as Frentes de Proteção Etnoambiental da Funai. Em diversas terras indígenas existe o risco de extermínio desses povos”, alerta, destacando a importância da luta conjunta “para que se concretize uma efetiva política de proteção à vida e aos territórios desses povos”.

A líder indígena Kora Kanamari, da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), também considera que “a vulnerabilidade dos nossos parentes isolados está em não ter um plano de governo para a proteção desses povos, que deve ser um plano diferente voltado para nós que já somos contactados”, explica. Mas alerta para que “esse plano governamental tenha participação do movimento indígena para que de fato funcione”.

Varin Nelly Dollis Marubo, da Gerência de Povos Isolados da Coiab, também é do Vale do Javari, região de grande incidência de indígenas isolados. Para Varin, o ponto mais desafiador dos debates é entender a violação das leis por parte do estado: “o próprio estado não cumprir as leis que contemplam os direitos dos povos originários, mostra que esse governo é um desgoverno, pois permite e apoia a invasão dos madeireiros e garim-



II Encontro sobre Povos Indígenas Isolados e Recente Contato

“A vulnerabilidade dos nossos parentes isolados está em não ter um plano de governo para a proteção desses povos, que deve ser um plano diferente voltado para nós que já somos contactados”

peiros. E isso leva a Funai a cada vez mais perder o respeito. O órgão maior que temos, que tem o dever de proteger os povos indígenas, está sendo enfraquecido e desrespeitado”, lamenta a Marubo.

Em Roraima também há povos indígenas isolados que vivem em território Yanomami. Recentemente, dois indígenas isolados Moxihatëtêma foram assassinados por garimpeiros, evidenciando a gravidade dos riscos de extermínio desses povos.

Dário Kopenawa, vice-coordenador da Associação Yanomami Hutukara, também concorda que a proteção da vida passa pela união dos povos, pelo trabalho conjunto e bem planejado: “Esse debate é importante, pois falamos de nossos parentes que vivem no nosso mesmo território, na mesma região. Durante esses dias as conversas trouxeram informações importantes sobre a realidade de outras regiões e de outros parentes. Assim, dialogando e trocando, estamos construindo juntos e queremos ter esses dados de informações concretas e verdadeiras, para depois nós entregarmos essas informações aos órgãos públicos”, disse a liderança Yanomami.

Finalizando o encontro, os participantes escreveram uma Carta Aberta ao público onde colocam suas preocupações e energias que “unificam os povos e fortalecem as alianças e as estratégias de proteção aos indígenas que querem continuar vivendo isolados”, disse Angela Kaxuyana, Coordenadora da Coiab

Povos indígenas identificam violações de direitos à luz da legislação que devia protegê-los

Há anos, os povos Kanamari e Madija Kulina vivem graves situações de violação de seus direitos civis, sociais e humanos

Por **Lígia Apel**, do Cimi Regional Norte I

“Vivemos momentos tensos onde os povos indígenas são alvo de ataques sistemáticos de grupos políticos que usam de seus mandatos para promover projetos de leis que violam os direitos originários dos povos, sobretudo os direitos ao território”. Assim constata o documento resultante da Oficina sobre Procedimentos Administrativos de Demarcação de Terras Indígenas – Terra Indígena, um Direito Constitucional – que analisou, com os indígenas da região do médio rio Juruá, a legislação e políticas públicas indigenistas brasileiras e as ações dos atuais governos federal, estadual do Amazonas e municipal de Carauari (AM).

A oficina aconteceu na última semana de novembro, em Carauari, e o documento contendo os direitos violados, as ameaças que sofrem os povos indígenas da região e suas reivindicações, foi entregue na semana seguinte a todos os órgãos responsáveis pelas políticas indigenistas que vêm sendo conquistadas pelos povos originários desde a Constituição Federal de 1988. Na oportunidade, participaram da oficina representantes do Povo

Kanamari, das aldeias Taquara e Bauana, e do Povo Madija Kulina, da comunidade Matatibem, da Terra Indígena Kulina do Rio Ueré.

Aprofundar os conhecimentos sobre os passos e os processos de reconhecimento de um território indígena e →



Nara Baré e Angela Kaxuyana, coordenadoras executivas da Coiab



Kora Kamarari, da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja)



Indígenas dos povos Kanamari e Madija Kulina, da região do médio rio Juruá (AM), em encontro para debater as principais violações de direitos indígenas, em novembro de 2021



Durante o encontro dos povos Kanamari e Madija Kulina, do médio rio Juruá, foi elaborado um documento com as principais denúncias e reivindicações

→ o dever do Estado em realizar essas etapas da demarcação e homologação de suas terras foi o principal tema da oficina. Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e sua equipe na Prelazia de Tefé (AM), que promoveu a ação, “adquirir esses conhecimentos e compreender o funcionamento e responsabilidade de cada órgão é de fundamental importância para que os povos indígenas possam, com autonomia, cobrar e promover as incidências necessárias para a garantia da efetiva demarcação territorial”.

“Esse foi o objetivo, levar os conhecimentos sobre o funcionamento dos órgãos para que as lideranças tenham mais ferramentas e subsídios para acompanhar os processos de regularização de suas terras e para a sistematização e apresentação, nos órgãos competentes, das demandas e da situação das violações de direitos”, explica o missionário Fábio Pereira, que integra a equipe.

Para o Tuxaua Edson Ferreira de Lima, do povo Kulina, comunidade Matatibem, em Carauari, “a oficina foi muito importante, porque, se a gente entende o que precisa ser feito sobre demarcação de terra, nós sabemos como devemos agir e o que podemos fazer desde o início do processo que foi declarado para o nosso território. Nós, povo Kulina, já temos esse início do processo que já está acontecendo para a demarcação”, explica.

As Terras Indígenas Taquara, Bauana e Kulina do Rio Ueré estão com os processos de demarcação parados há vários anos, faltando a Funai continuar os processos.

Os olhares sobre a situação

A Amazônia é vista, normalmente, como território por excelência dos povos indígenas, no que diz respeito ao território e à regularização fundiária e demarcação de terras. “Parece que são problemas já resolvidos nessa região”, diz Chantelle Teixeira, assessora jurídica do Cimi Regional Norte I, contestando a premissa com base nas informações do Relatório de Violências contra Povos Indígenas no Brasil 2020, editado pelo Cimi.

“Os dados sobre as terras indígenas do Cimi dão conta da inadequação dessa ideia. E que, na verdade, a realidade dessa região ainda tá muito distante de acontecer”, prevê a advogada.

“Na Amazônia brasileira, mais da metade dos territórios indígenas apresenta alguma pendência no seu procedimento de demarcação. E no estado do Amazonas é onde estão concentrados os maiores números de pedidos de regularização fundiária por comunidade indígena que não tiveram nenhuma apreciação pelo estado”, completa.

Apoiando a realização e reforçando a importância das Oficinas de Formação, Chantelle diz que são “iniciativas que fortalecem os povos, levando conhecimentos sobre seus direitos territoriais para que eles mesmos possam garantir esses espaços e cobrar do poder público, da União Federal, que é constitucionalmente responsável pela proteção, pela demarcação e fiscalização desses territórios”, sustenta e conclui que “são trocas de conhecimentos muito impor-

“Adquirir esses conhecimentos e compreender a responsabilidade de cada órgão é fundamental para que os povos indígenas possam, com autonomia, cobrar e promover as incidências necessárias”



Lideranças dos povos Kanamari e Madija Kulina ocuparam as cadeiras dos vereadores e se auto intitularam “os verdadeiros representantes do povo”

tantes nesse momento de ataques aos direitos indígenas”.

O olhar indígena não difere do olhar da assessora, apenas adequa a linguagem para uma forma de expressão que coloca sua existência na vital relação com a floresta: “As árvores estão sem terra e suas raízes precisam delas, assim como nosso povo precisa. Por isso precisamos de terra demarcada”, diz Carlos Kanamari, morador da aldeia Taquara, participante da oficina.

Lamentando a dura situação de perseguição e ameaças que passam, o tuxaua Edson Kulina manifestou sua preocupação com os constantes casos de invasão na sua Terra Indígena e diz com emoção: “fico triste com a situação que hoje estamos passando, nossa terra sendo invadida e nosso povo ameaçado, violentado”, denuncia. Em seguida, ergue a cabeça e anima os indígenas: “mas meu povo tem que seguir lutando para defender nossos direitos”.

O documento que aponta as violências

Encerrando a etapa de aprendizados, os participantes fizeram um levantamento de todas as violências que sofrem e apontam as soluções. Violências essas, dizem os indígenas do médio Juruá, que continuam a ser praticadas ano após ano e que, agora, se amplificam com um governo que cumpre sua promessa de campanha: “no meu governo não demarcarei um centímetro de terra indígena” (fala do então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, em 2018).

“Temos um governo declaradamente anti-indígena, misógeno, racista e preconceituoso, que desde o início de seu mandato declarou guerra e ataque aos direitos dos povos indígenas, e que vem apoiando e motivando garimpeiros,

grileiros, madeireiros e empresários a adentrarem em terra indígena para explorar e destruir a floresta, a água, os animais e nossos corpos e espíritos que nos fortalecem e onde vivemos nossa cultura e nossa essência em ser indígena”, denunciam.

Também registram, no documento, os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que, “explicitamente, ferem os direitos originários dos povos indígenas e colocam em risco a vida e existência indígena, porque intensificam os conflitos nos territórios”, como o Projeto de Lei 490, que trata da tese do marco temporal, e o Projeto de Lei 191, que flexibiliza a mineração.

Sistematizando os problemas que enfrentam à luz da legislação que ampara seus direitos e dos projetos de lei que podem ser aprovados, os participantes puderam perceber a gravidade das violações de seus direitos, especialmente em relação à demarcação dos territórios, que é o lugar onde vivem.

Dessa forma, escreveram o documento que foi entregue aos órgãos públicos e à sociedade civil, cada qual em sua competência: Ministério Público Federal (MPF), Promotoria Pública de Carauari, Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Gabinete do Prefeito Municipal de Carauari, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari (AMARU), Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), Operação Amazônia Nativa (OPAN), Secretária Municipal de Meio Ambiente, Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA/Demuc), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e Câmara Municipal de Vereadores de Carauari.

A incidência na Câmara de Vereadores de Carauri

Ao final da oficina, os participantes já com o documento pronto, convidaram as instituições e órgãos públicos da cidade de Carauari para a entrega oficial e representativa na Câmara Municipal de Vereadores.

Frustrando as expectativas das lideranças, os vereadores não compareceram. A participação dos “representantes do povo”, de acordo com os indígenas, seria de extrema importância para o debate sobre as políticas públicas locais, especialmente para a proteção contra invasores das terras. “Projetos de Lei de Proteção Ambiental precisam contemplar as pautas indígenas e, por isso, sendo representantes do povo, os vereadores deveriam ouvi-los. É necessário que eles saibam o que se passa com os povos do município para conhecer suas reivindicações e, então, cumpri-las”, diz Fábio Pereira, indigenista do Cimi.

O sentimento dos indígenas pela ausência dos vereadores foi de indignação e repúdio por não manifestarem interesse em dialogar e apoiar as demandas dos povos indígenas. Em protesto, as lideranças ocuparam as cadeiras dos vereadores e se auto intitularam “os verdadeiros representantes do povo”. ♦

Após articulações indígenas, marco temporal entra na pauta de 2022

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Desde a suspensão no Supremo Tribunal Federal (STF) do julgamento que definirá o futuro das demarcações de terras indígenas no país, os povos reivindicavam a retomada da votação pela Suprema Corte. Após o último pedido das lideranças indígenas - que protocolaram um documento junto ao gabinete do presidente do STF solicitando a retomada e conclusão do julgamento -, o Supremo incluiu a votação do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 no calendário do próximo ano. A data foi divulgada no último dia de trabalho antes do recesso do Tribunal e ficou agendada para o dia 23 de junho de 2022.

O agendamento é visto como resultado das articulações e mobilizações dos povos indígenas e de seus aliados, que, agora, darão continuidade a incidência para conseguir os votos necessários para derrubar, de uma vez por todas, a tese inconstitucional do marco temporal, defendida por ruralistas e outros setores econômicos interessados na exploração e apropriação dos territórios indígenas.

Julgamento

Iniciado no final de agosto, o julgamento foi interrompido no dia 15 de setembro, empatado em um a um, após pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

Antes disso, o relator do caso, ministro Edson Fachin, havia apresentado seu voto, posicionando-se em defesa dos direitos constitucionais indígenas, reafirmando o caráter originário do direito dos povos à demarcação de suas terras de ocupação tradicional e rechaçando a tese ruralista do “marco temporal”.

O ministro Kássio Nunes Marques, por outro lado, apresentou um voto contrário aos direitos dos povos indígenas, favorável à tese do “marco temporal” e alinhado com a posição defendida por latifundiários, mineradoras e outros setores econômicos interessados na apropriação dos territórios indígenas.

No dia 11 de outubro, o ministro Alexandre de Moraes devolveu os autos para a retomada do julgamento, que agora passa a depender novamente



Marcha das mulheres setembro 2021

da disposição do presidente da Corte, Luiz Fux, de colocá-lo em pauta.

Quando for reiniciado, o julgamento deve retornar com o voto de Moraes, que será seguido pelos outros oito ministros e ministras, do mais novo na Corte ao decano, Gilmar Mendes. O último a votar é Luiz Fux.

Em setembro, no início do julgamento, o presidente do STF garantiu que considerada o tema “muito importante” e que ele teria uma decisão da Corte em breve.

Novo integrante na Corte

André Mendonça tomou posse, no dia 16 de dezembro, como ministro do Supremo Tribunal Federal. Apesar de afirmar que defenderia um Estado laico, Mendonça deixou claro suas inclinações religiosas ao parafrasear o astronauta Neil Armstrong, “um passo para um homem, um salto para os evangélicos”.

O novo integrante da Corte assumirá 991 processos que estavam sob relatoria de Marco Aurélio Mello e participará de alguns julgamentos ditos controversos. Entre eles, o marco temporal para demarcação de terras indígenas, quando Mendonça, aparentemente, votará segundo os interesses de Jair Bolsonaro e dos setores interessados na exploração e apropriação dos territórios indígenas.

O presidente Jair Bolsonaro jamais escondeu sua contrariedade à derrubada da tese ruralista e inconstitucional do marco temporal e apostou todas as suas fichas no seu indicado para garantir que pautas de interesse do governo sejam votadas segundo seu desejo.

Durante uma entrevista ao jornal Gazeta do Povo, o chefe do Executivo federal disse que tem certeza sobre a posição de André Mendonça a respeito do tema e afirmou que ele será um voto para o “lado” do governo, negando se tratar de tráfico de influência. “Alguns dizem que eu coloquei ele lá dentro para defender os meus interesses pessoais. Que interesses pessoais eu tenho?”, questionou Bolsonaro que, em outra ocasião, afirmou que os ministros por ele indicados ao Supremo representam 20% das teses do governo dentro da Corte. Desde a indicação de Nunes Marques ao STF, que passou a integrar a Corte no ano passado, Bolsonaro vinha prometendo indicar alguém considerado “terivelmente evangélico” e conseguiu. André Mendonça foi a segunda indicação do presidente ao STF.

Agora, resta aguardar o bom senso dos demais ministros contra o amplo espectro de crimes praticados de esbulho de terras indígenas e para garantir o que a Constituição brasileira já reconheceu: “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” e “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.



Foto: Alan Santos/PR



Durante Levante Pela Terra, em junho de 2021, povos indígenas realizaram vigília em defesa de seus direitos originários na frente do STF



Indígenas estendem faixa na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 15 de junho

Em carta, indígenas pedem ao presidente do STF que retome julgamento do marco temporal

Documento foi protocolado no STF, em Brasília; lideranças solicitam agilidade para barrar retrocessos que atingem os povos e seus direitos constitucionais

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Lideranças indígenas protocolaram, no dia 15 de dezembro, um documento junto ao gabinete do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luiz Fux, solicitando a retomada e conclusão do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, que pode definir o futuro das demarcações das terras indígenas.

O documento é assinado por lideranças dos povos Xokleng, Kaingang, Tukano, Kalapalo, Tupi-Guarani, Kanela do Araguaia, Terena e Macuxi. Enquanto o documento era protocolado, cerca de 60 indígenas manifestavam-se contra o marco temporal do lado de fora da Suprema Corte. Uma das faixas reforçava o pedido feito ao presidente do STF por meio do documento, com os dizeres “Pauta, Fux”.

Parte dos indígenas está na capital do país desde o dia 11 de novembro, data que deu início ao acampamento Levante Pela Democracia – uma extensão do movimento Levante Pela Terra. No documento, as lideranças lembram que em junho deste ano o relator do RE, o ministro Edson Fachin, alertou sobre a importância de a Corte priorizar o julgamento.

As lideranças ressaltam, na carta, os ataques cometidos pelo atual governo e aliados contra os povos originários e seus direitos constitucionais, e pedem ao presidente do STF que retome o julgamento para que seus direitos sejam protegidos.

Os povos indígenas “sofrem cotidianamente os mais vis ataques decorrentes da omissão do Estado em demarcar nossas terras e do estímulo da invasão de nossos territórios pelo Executivo Federal”, destaca o documento protocolado no STF. “É permanente a tentativa de apropriação dos nossos corpos, da terra onde vivemos e dos recursos naturais que protegemos, a exemplo dos ataques diretos de garimpeiros, madeireiros e fazendeiros”.

O documento também recorda que o próprio presidente da Corte, Luiz Fux, havia se comprometido a dar “a prioridade que o tema merece”, durante as X sessões do julgamento que transcorreram entre os meses de junho e setembro, quando o processo foi suspenso por um pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes.

“Compreendemos que a pacificação do entendimento desta Corte em relação à posse das terras ocupadas tradicionalmente por nós, há séculos, em consonância com a vontade firmada pelos constituintes em 1987/88, pode contribuir com a redução das violências que vitimizam nossas crianças e nossa cultura”, afirmam as lideranças.

“O marco temporal aniquila os direitos indígenas. Esperamos que o Fux dê o sinal verde e os povos indígenas possam retornar aos seus territórios”, afirma Luis Salvador Kaingang, cacique da Terra Indígena (TI) Rio dos Índios, no Rio Grande do Sul.

Outras cartas ao STF

No dia 17 de novembro, lideranças do povo Xokleng, cujo território está no centro da disputa que é discutida no mérito do processo de repercussão geral, também entregaram ao gabinete do presidente do STF, o ministro Luiz Fux, uma carta com o pedido de retomada do julgamento do RE.

“O processo teve o julgamento suspenso por pedido de vista. Agora, diante da devolução do processo para



Lideranças indígenas protocolaram documento no STF pedindo ao presidente da Corte, Luiz Fux, que retome o julgamento do marco temporal

o julgamento pelo Ministro Vitor, Alexandre de Moraes, pedimos encarecidamente que possa colocar o caso para continuidade do julgamento”, diz um trecho da carta.

No dia 27 de outubro, lideranças dos povos Macuxi e Wapichana, da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, em Roraima (RR), também compareceram ao STF para protocolar um documento com a mesma reivindicação ao ministro Luiz Fux. Na ocasião, os indígenas foram recebidos pelo secretário-geral da presidência do STF, Pedro Felipe.

Essa iniciativa surgiu após a V Assembleia da TI Raposa Serra do Sol, evento realizado entre os dias 11

e 16 de outubro deste ano, na região das Serras (RR). O documento protocolado no STF foi assinado pelos povos Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó e Patamona.

“Acompanhamos, atentamente, o julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral sobre nossos direitos territoriais, consideramos o ‘julgamento do século’. Também sabemos que esse processo vai afetar todos os povos indígenas do Brasil, especialmente nossos parentes que não dispõem de terras demarcadas e, caso seja aplicado entendimento contrário aos direitos constitucionais, podem perder o direito de demarcação de suas terras”, afirmaram os povos no pedido. ♦



Lideranças dos povos Macuxi e Wapichana foram ao Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro, para reunião com o secretário-geral da presidência da Corte

Lideranças indígenas pedem que MPF tome providências para barrar arrendamento em seus territórios

Documento entregue à 6ª Câmara do MPF, em Brasília, pede que Termos de Ajustamento de Conduta sobre arrendamento em terras indígenas não sejam assinados nem renovados

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Como parte das ações do acampamento Levante Pela Democracia, lideranças indígenas entregaram, no dia 15 de dezembro, um documento à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) com o pedido de que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) referente à prática do arrendamento na Terra Indígena (TI) Nonoai, no Rio Grande do Sul, não seja renovado. Os indígenas reforçaram, ainda, que não sejam assinados também novos TACs que autorizem a prática do arrendamento em outras terras indígenas.

A carta é assinada por lideranças da aldeia Pinhalzinho, localizada na TI Nonoai, e pelo povo Xokleng, e apoiada por diversos povos que também se encontram mobilizados em Brasília.

As lideranças também solicitaram que sejam adotadas medidas para garantir a permanência da Força de Segurança Nacional e da Polícia Federal na TI Nonoai, com a finalidade de “salvaguardar a vida e a integridade física de todos/as integrantes de nossa comunidade”.

Os indígenas solicitam, ainda, a apuração acerca “do envolvimento de pessoas não indígenas que estão financiando crimes contra indígenas contrários às parcerias agrícolas”, e a investigação “dos crimes cometidos que resultaram em mortes de nossos indígenas”.

Em novembro, um indígena de 23 anos da Aldeia Pinhalzinho foi morto na TI Nonoai. As investigações apontam que o assassinato está ligado aos conflitos gerados no território em decorrência da prática do arrendamento.

“A gente veio denunciar aqui, viemos protocolar o documento no MPF para que esses culpados sejam punidos pelo arrendamento de terra, porque é irregular”, afirma Luis Salvador Kaingang, cacique da TI Rio dos Índios, também no Rio Grande do Sul.

“Pedimos para que sejam identificados os culpados, não só indígenas, mas também não indígenas que estão por trás da mortalidade dos povos. Esse TAC que está acontecendo no Rio Grande do Sul é ilegal e contra a Constituição brasileira, e pedimos que o MPF reforce isso. A gente entende que as terras não são dos caciques. A demarcação de terras é dos povos indígenas, para que eles mesmos façam a sua política indígena de sua região”, reivindica a liderança.

Usufruto exclusivo em risco

Em fevereiro de 2021, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob ordem do governo federal, expediram a Instrução Normativa 01/2021, medida que autoriza a criação de “organizações mistas” entre indígenas e não-indígenas para a exploração econômica dos territórios. A norma foi autorizada sem o consentimento e a Consulta Livre, Prévia e Informada aos povos, como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Além de gerar insegurança jurídica e social, a normativa fere direitos garantidos pela Constituição Federal, como o direito dos povos indígenas ao usufruto exclusivo de suas terras, garantido pelo artigo 231.

A medida, na prática, viabiliza a exploração de terras indígenas por terceiros, por meio de “organizações mistas” que substituem o método tradicional do arrendamento, no qual a posse da terra é cedida, mediante pagamento, para não indígenas. Mais recentemente, a prática do arrendamento também passou a ser designada pelo termo “parceria”.

Os arrendatários utilizam a área para o plantio de grandes monoculturas, especialmente a soja – com graves



Na sede da Procuradoria-Geral da República, cerca de 60 indígenas de diversos povos também manifestaram contra o PL 490/2007

“Ninguém é contra uma política de sustentabilidade das terras indígenas, mas não através do arrendamento, porque é uma prática criminosa, cria-se milícias dentro das áreas, grupos armados”

consequências sociais e ambientais, devido à concentração da terra e os conflitos decorrentes dela, o extensivo uso de veneno e devastação ambiental causada pelas lavouras.

“Essa história de parceria agrícola nada mais é do que arrendamento, só que com novo nome”, avalia Kretã Kaingang, liderança indígena do Paraná e coordenador do acampamento Levante pela Democracia.

“Sabemos que essa não é uma questão recente, ela vem lá dos anos 1960, 1970 e 1980. E sempre foi violento, sempre houve expulsão nas terras indígenas, sempre teve agressões contra as populações. E a gente sabe que por trás sempre teve o SPI [Serviço de Proteção ao Índio], e depois a Funai assumiu no lugar do SPI e continuou com o arrendamento, incentivando os indígenas a arrendar

terra. Nos anos de 1980 a Funai foi perdendo a força e as próprias comunidades começaram com esse arrendamento, que tem causado um dano muito grande para todos os povos indígenas onde ele ocorre”, contextualiza a liderança.

Nos últimos anos, diversos TACs foram assinados entre lideranças indígenas, a Funai e o MPF, autorizando as “parcerias” em terras indígenas do Rio Grande do Sul, como as TIs Serrinha, Nonoai, Guarita e Ventarra.

Muitas dessas áreas foram tomadas por violentos conflitos, decorrentes das disputas por poder e terra ocasionadas pela prática do arrendamento. As lideranças, por isso, defendem que esses instrumentos sejam encerrados, sem novos acordos e nem renovações.

“A expectativa é de que a 6ª Câmara tome alguma posição referente à questão dos TAC, porque, geralmente, o TAC é assinado pelo MPF, assinado pela Funai e pela comunidade. O MPF não pode atuar em duas pontas, ele tem que defender os povos indígenas, aqueles que não querem o arrendamento. Ninguém é contra uma política de sustentabilidade das terras indígenas, mas não através do arrendamento, porque é uma prática criminosa, cria-se milícias dentro das áreas, grupos armados”, enfatiza Kretã.

“A gente sabe que por trás estão prefeitos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais que incentivam a própria Funai”, prossegue a liderança, que aponta a intensificação dos conflitos sob o governo Bolsonaro.

“Assim que foi nomeado, o presidente da Funai tem procurado fortalecer essa prática. Inclusive, ele foi uma das pessoas que participou da audiência da CCJ, fortalecendo o PL 490, falando que esse projeto era importante para a sustentabilidade das comunidades. Primeiro que ele não demarca terra, segundo que o presidente da Funai quer a redução das terras indígenas e também quer abrir para o agronegócio e para todos os empreendimentos que o Estado acha que é de interesse”, afirma o Kaingang.

Em novembro, a Procuradoria da República em Passo Fundo (RS) recomendou à Funai que se abstenha “de renovar ou assinar novos TACs para implantação de projetos de transição nas terras indígenas Nonoai e Serrinha”.

“Ao concordar com o combate ao arrendamento por meio dos TACs, o MPF também pretendia que isso contribuisse para diminuir, em alguma medida, a incidência de recorrentes conflitos nas TIs, o que, como se percebe, infelizmente não tem sido alcançado”, reconhece o MPF na recomendação.



Luis Salvador Kaingang, liderança indígena do Rio Grande do Sul, com o documento contra os arrendamentos protocolado na Sexta Câmara do MPF

STF rejeita embargos declaratórios de fazendeiro e assegura o direito originário à terra aos indígenas da TI Arroio Korá

A Corte entendeu que é incabível mandado de segurança para verificar a posse indígena em processo de demarcação de terras

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

À meia noite do dia 3 de novembro, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos embargos declaratórios no Mandado de Segurança (MS) 28541, apresentado por Maxionílio Machado Dias e Hayde Castelani Dias. Os dois são os supostos proprietários de uma área da Terra Indígena (TI) Arroio Korá, em Paranhos, no Mato Grosso do Sul, e pretendiam manter a suspensão da demarcação da TI. A Suprema Corte rejeitou os embargos declaratórios e assegura aos Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva a permanência no território de ocupação tradicional, na fronteira do Brasil com o Paraguai.

No entendimento da Corte, “é incabível um mandado de segurança para verificar a posse indígena em processo de demarcação de terras”. Para o relator do caso, o ministro Roberto Barroso, os embargos apresentados “se destinaram a demonstrar meramente o inconformismo do impetrante com o resultado do julgamento”, que lhes foi desfavorável.

Conforme o voto, “o direito alegado pelos embargantes exige dilação probatória, já que o seu reconhecimento se condiciona à informação de laudo antropológico. Sem a produção de prova nesse sentido, não se afigura possível discutir o decreto homologatório, o qual se baseia nas conclusões alcançadas ao longo de complexo processo de demarcação de terras. Logo, resta evidenciada a inadequação do mandado de segurança para o fim pretendido pelos embargantes”, argumenta o ministro Barroso.

Aos advogados da comunidade indígena estava evidente, desde o início, a pretensão recursal dos embargantes, uma vez que não houve qualquer referência a vícios que eventualmente pudessem remanescer no julgado, mostrando-se incabível o manejo dos embargos de declaração para os fins que almejavam os embargantes.

“Por meio dos embargos, os impetrantes pretendiam a alteração do julgado e com isso o conhecimento do mandado de segurança para suspender os efeitos do Decreto que homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Arroio Korá, localizada no município de Paranhos, no Mato Grosso do Sul”, esclarece Paloma Gomes, uma das advogadas da comunidade indígena e assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Com a decisão, o STF revalida o processo administrativo de demarcação, que já conta com decreto de homologação, publicado em dezembro de 2009. O decreto estava suspenso há quase 12 anos com base na tese do chamado marco temporal, defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras tradicio-



Mulheres Guarani e Kaiowá durante Aty Guasu

nais, a tese busca restringir os direitos constitucionais dos povos indígenas. Com a decisão, a Corte assegura o direito originário aos Guarani Kaiowá e Guarani-Nandeva, da Terra Indígena Arroio Korá.

Paloma explica que a matéria está pacificada na Corte, pois, para o conhecimento do mandado de segurança, é imprescindível a demonstração de direito líquido e certo, o que não se vislumbra no caso em julgamento. A discussão acerca do domínio e da posse indígena demanda uma complexa dilação probatória, possível apenas pelas vias ordinárias.

Em Arroio Korá, as lideranças esperam que os conflitos também sejam “pacificados” com a decisão. Dionísio Guarani-Nandeva, cacique na terra indígena, conta que “a luta pela demarcação da terra indígena é uma luta de gerações, veio com meu pai, meu avô. Agora nós seguimos nessa luta, com os filhos, os netos”.

A decisão da Corte foi comemorada pelos indígenas Guarani-Nandeva, muitos deram a vida na luta pela demarcação do tekoha – lugar onde se é – Arroio Korá, “nossos antepassados deixaram seu corpo aqui. Eles que começaram essa luta, plantaram e agora a gente começa a colher os frutos”.

O Cimi e a Aty Guasu – a grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá – seguem acompanhando o caso, assim como o Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, com repercussão geral, que discute a reintegração de posse movida contra o povo Xokleng, em Santa Catarina. Isso significa que a decisão tomada neste julgamento terá consequências para todos os povos indígenas do Brasil.

Violência contra os povos indígenas no MS

O Mato Grosso do Sul (MS) está entre os estados mais violentos aos povos indígenas, conforme o relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Na avaliação da entidade, o segundo ano do governo de Jair Bolsonaro representou, para os povos originários, a continuidade e o aprofundamento de um cenário extremamente preocupante em relação aos seus direitos, territórios e vidas, particularmente afetadas pela pandemia da Covid-19 e pela omissão do governo federal.

Os dados obtidos junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e às secretarias estaduais de saúde revelam 34 assassinatos indígenas no Mato Grosso do Sul, ficando atrás apenas dos estados de Roraima, com 66 assassinatos, e o Amazonas, com 41 casos registrados. Informações detalhadas sobre as vítimas e circunstâncias dos assassinatos não foram fornecidas pelos estados e pela Sesai.

Segundo levantamento realizado pelo Cimi, chama atenção o considerável aumento dos assassinatos de indígenas no Brasil. Em 2020, 182 indígenas foram assassinados – um número 61% maior do que o registrado em 2019, quando foram contabilizados 113 assassinatos.

Não diferente, o Mato Grosso do Sul também está entre os estados com maior registro de casos de “violência por omissão do poder público”. Em 2020, foram registrados 110 suicídios de indígenas em todo o país, 28 casos registrados no Mato Grosso do Sul, ficando atrás apenas do estado do Amazonas, que registrou 42. Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Consta ainda que o Mato Grosso do Sul registra o maior número de indígenas vítimas fatais de acidentes de trânsito, pelo menos sete casos, dos 26 registrados em todo país. Com a expulsão dos territórios tradicionais, resta às margens de rodovias ou às áreas degradadas as famílias indígenas sem terras, aumentando os índices de vítimas fatais por acidente de trânsito. Os dados podem ser acessados no capítulo sobre “Homicídio culposo”, do relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020.



Povos indígenas marcharam até o STF, onde pediram ao presidente da Corte, Luiz Fux, que coloque o caso de repercussão geral novamente em pauta



Rezador Guarani e Kaiowá durante protesto na manhã desta segunda (19) na Praça dos Três Poderes, em Brasília



Cenário de guerra: novamente, conflito deixa feridos nas retomadas próximas à Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul

→ Já os óbitos na pandemia contabilizados pela Sesai em 2020, um total de 507, foram registrados em todos os DSEIs – Distrito Sanitário Especial Indígena. A maior incidência ocorreu nos DSEIs Mato Grosso do Sul (72), seguidos do Leste de Roraima (47) e Xavante (46). A Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib), em 2020, registrou óbitos de indígenas causados pela Covid-19 em 24 estados, sendo os mais atingidos Amazonas (212 mortes), Mato Grosso (143), Mato Grosso do Sul (94) e Roraima (93).

Quanto às terras indígenas, o Mato Grosso do Sul registra 115 terras indígenas com alguma pendência administrativa: 15 a identificar; 9 declaradas; 4 homologadas; 6 identificadas; 81 sem providências. Apesar da pandemia, em 2020, foram registrados pelo Cimi 263 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio indígena. O Mato Grosso do Sul registra o sexto maior índice no ano, 16 casos. Além de estar entre os três estados que mais registram focos de incêndio em 2020, com 912 focos registrados, os vizinhos Mato Grosso e Tocantins foram os outros com maiores registros.

Em relação aos critérios “Ameaças de morte contra os povos indígenas”, “Racismo e discriminação étnico-cultural” e “Lesões Corporais Dolosas”, o Mato Grosso do Sul registra o maior número de casos. Além de ser um dos estados que mais encarcera indígenas no Brasil, registrando em 2020, 374 casos.

No Mato Grosso do Sul, em especial Dourados, os Guarani Kaiowá também têm sido vítimas de uma onda de comentários preconceituosos e de disseminação de ódio. Em 2020, 24 indígenas Guarani e Kaiowá foram resgatados de uma fazenda no município de Itaquiraí/MS, onde estavam submetidos a uma situação análoga à escravidão.

Dados da violência contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul e demais estados podem ser acessados no site do Cimi, e também na plataforma Caci – mapa digital que reúne as informações sobre os assassinatos de indígenas no Brasil. Caci, sigla para Cartografia de Ataques Contra Indígenas, também significa “dor”, em Guarani.

Guarani Kaiowá denunciam ataques

Com um largo histórico de violações, os indígenas Guarani Kaiowá das retomadas Avae'te, área contígua à Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul, voltaram a denunciar a ação de fazendeiros e sitiantes locais sobre a área da retomada. Bombas de efeito moral, incêndio e pulverização de agrotóxico fazem parte dos novos ataques denunciados pelos indígenas. A tensão iniciou no dia 10 de novembro.

Os indígenas denunciam que, no dia 11, por volta das 11h, iniciaram os ataques com a chegada dos seguranças privados de um fazendeiro da região. Por volta das 12h40 chegaram agentes da Polícia Militar, “aí que começou o forte para nós. Atiraram balas

de borracha, atiraram bombas de gás e atacaram nós”, conta uma indígena da retomada Avae'te II, que presenciou o ataque e, por segurança, iremos preservar sua identidade.

“Por volta das 16h40 entraram também na aldeia atual, a retomada Avae'te II. Uma menina, que brincava no local, e um guri [menino] que estava dormindo na rede quase foram atingidos pelas bombas de gás de pimenta que jogaram”, relata a indígena, ainda trêmula do ataque.

Na ação, barracos de lona, roupas pessoais e de cama, itens pessoais e até as cestas básicas que serviam de alimentos aos indígenas na retomada foram completamente destruídos pelo incêndio. “Queimaram tudo mesmo, derrubaram e levaram nossos barracos, nossas lonas, tudo”, lamentam os Guarani Kaiowá da retomada Avae'te II.

Em dois anos da retomada Avae'te II, esta não foi a primeira vez que os indígenas viram-se assediados por fazendeiros e sitiantes, que reivindicam parte do território de ocupação tradicional dos indígenas.

“Não aguentamos mais ataques, não queremos mais confrontos. Eles [fazendeiros e sitiantes] falam que nós atacamos, mas é eles que atacam nós, eles que têm arma de fogo, nós temos estilingue e fecha, é só o que a gente tem. Aí vem falar que nós atacamos eles, quando são eles que vêm atacar nós”, conta um dos moradores mais antigos da retomada, que também iremos preservar sua identidade devido às relações hostis.

“É complicado porque, vou te contar, a Polícia Militar é muito violenta com os indígenas, contra os Guarani Kaiowá. Estamos aqui sofrendo, violentados pela Polícia Militar assim como pelos pistoleiros dos fazendeiros”, reforça a liderança indígena.



Retomada Avae'te, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, novembro de 2021

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

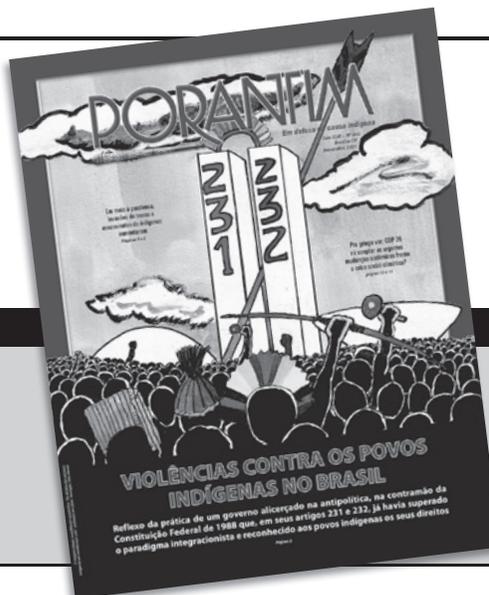
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul

Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: **R\$ 130**
Ass. dois anos: **R\$ 190**
América Latina: **US\$ 55**
Outros países: **US\$ 90**

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Indígenas Guarani Mbya durante protestos por demarcação, em Brasília

Povo Guarani Mbya retoma área em Canela, no Rio Grande do Sul

Na década de 1940, o local foi transformado em espaço de preservação ambiental; a área possui mais de 700 hectares e está preservada

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A força dos Guarani Mbya tomou conta do município de Canela, no Rio Grande do Sul (RS), na manhã do dia 29 de novembro: oito famílias do povo retomaram uma área transformada em espaço de preservação ambiental pelo estado gaúcho. O local, que possui mais de 700 hectares, está preservado, rico em florestas e com água “em abundância”.

Foi na década de 1940 que a área passou por esse processo de transformação. Em nota, o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Sul, Roberto Liebgott, explica que isso ocorreu “em função da implementação de pequenas barragens naquela região”. “A área estava sob o controle da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul (CEEE), recentemente privatizada”, disse Roberto.

O local escolhido pelo povo Guarani Mbya, para a fixação da comunidade, fica próximo à Barragem dos Bugres, em Canela (RS), que tem como função principal realizar a transposição de águas das bacias do Rio Caí para o Rio Paranhana.

“O nome dessa barragem é revelador acerca de quem foi expulso da região para que a instalação fosse feita. É importante recordar que os indígenas, de forma preconceituosa e pejorativa, eram denominados, pelos colonizadores, de bugres”, conta Roberto.

Para os indígenas desse povo, o processo de retomadas está inserido em um contexto de “espiritualidade”, com vínculos com as ancestralidades, ou seja, “por onde os Mbya já passaram”.

Ao Cimi, Agostinho Morinico, liderança religiosa do povo Karaí, afirmou que as oito famílias foram conduzidas por Nhanderu, Deus que guia e acompanha seu povo em todas as jornadas da vida terrena.

Agora, as lideranças aguardam um posicionamento do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério Público Federal (MPF) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para que dialoguem sobre a retomada e assegurem a manutenção dos indígenas na área.

“As lideranças esperam que os órgãos acompanhem e assistam essas famílias, já que no grupo há crianças e pessoas idosas. Esperam também que se procedam os estudos para identificação e delimitação da terra para o usufruto exclusivo da comunidade”, afirmou o coordenador do Cimi Regional Sul.

Além disso, os Guarani Mbya desejam contar com o apoio de outras comunidades indígenas, com entidades e grupos que também lutam pelos direitos originários, como o direito à vida e à terra.

Comunidade da TI Pium, em Roraima, sofre ataques de policiais após decisão favorável à reintegração de posse de fazendeiro

O CIR já vinha contestando a Justiça Estadual de Roraima sobre casos similares anteriores

Por Assessoria de Comunicação do Cimi, com informações do Conselho Indígena de Roraima (CIR)

A tarde do dia 1º de dezembro foi marcada por mais um ataque da Polícia Militar contra povos indígenas de Roraima (RR). Dessa vez, a ação ocorreu na Terra Indígena (TI) Pium, região Tabaio, no município de Alto Alegre (RR), logo após a Vara da Comarca de Alto Alegre (RR) emitir decisão favorável à reintegração de posse de um fazendeiro da região.

Na ação, os policiais atiraram bombas de gás lacrimogêneo, usaram spray de pimenta e lançaram balas de borracha contra os moradores da comunidade. Em fotos e vídeos, é possível também perceber, ao fundo, um trator derrubando casas. Homens, mulheres, crianças e animais estavam presentes no momento das agressões.

De acordo com nota do Conselho Indígena de Roraima (CIR), “dois jovens ficaram feridos com balas de borracha, mesmo não havendo resistência por parte dos indígenas”.

No texto da decisão, o Poder Judiciário do estado de Roraima autoriza, explicitamente, o “uso da força policial”. “O (A) MM. Juiz (a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Alto Alegre manda ao Senhor Oficial de Justiça a quem este for apresentado que reintegre na posse do imóvel acima identificado o autor da presente ação, identificado na exordial (anexa). Desde logo, fica autorizado o uso da força policial”, diz o documento.

Segundo informações do Cimi Regional Norte I, a juíza responsável por esse caso atuou em processo parecido contra a mesma comunidade, mas o autor era outro fazendeiro. Na ocasião, a juíza declinou a competência da Justiça Estadual e o processo seguiu para a Justiça Federal. A expectativa era de que fosse adotada a mesma decisão nesse episódio mais recente.

Contextualização

Em uma reunião da comunidade da TI Pium, no dia 11 de abril de 2021, lideranças relataram que foram procuradas pelo fazendeiro – favorecido no processo de reintegração de posse – e, então, informados de que ele iria levantar cercas em uma área do território. Segundo informações dos moradores, o local é preservado por eles há anos, porque passa um igarapé que “banha a comunidade”.

“É uma área que predomina ervas medicinais, uma área que não era ocupada por casas anos atrás, porque a nossa preocupação era a preservação, deixando somente os animais no espaço, como gados e porcos. Diante dessa informação do fazendeiro, surgiu a preocupação, porque o intuito dele é plantar soja e destruir nossa Mãe Terra”, afirmou uma das lideranças.

Ainda segundo os moradores da comunidade, eles decidiram, desde então, manter uma barreira de monitoramento e de ocupação da retomada dessa área. As lideranças afirmam, ainda, que, por várias vezes, tentaram explicar ao fazendeiro a importância dessa área para todos que moram no local e também para as futuras gerações.



Em ação, PM usou bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e atirou com arma de balas de borracha contra a comunidade da TI Pium



Durante ação de reintegração de posse, na TI Pium, tratores são utilizados para derrubar casas

Decisão do STF: despejos e desocupações

No mesmo dia, uma decisão do ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu até 31 de março de 2022 as regras que suspendem os despejos e as desocupações por conta da pandemia da Covid-19.

No texto do ministro, ele também estabelece que a medida vale para imóveis tanto de áreas urbanas quanto de áreas rurais. Segundo Barroso, a medida é “urgente” perante o agravamento severo das condições socioeconômicas que vive o país.

“Com a chegada do mês de dezembro, constata-se que a pandemia ainda não chegou ao fim e o contexto internacional – notadamente com a nova onda na Europa e o surgimento de uma nova variante – recomenda especial cautela por parte das autoridades públicas”, frisou o ministro.

Suspensão de despejos em meio à pandemia

A decisão do Poder Judiciário do estado de Roraima também foi na direção contrária de uma decisão liminar deferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, no dia 7 de maio deste ano. O ministro suspendeu os efeitos do Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre todas as terras indígenas do Brasil.

A medida, desde então suspensa, determinava a aplicação da tese do marco temporal e inviabilizava a demarcação de grande parte das terras tradicionais no país.

Estabelecido ainda sob o governo de Michel Temer, em 2017, o “Parecer Antidemarcação” vinha sendo usado pelo governo Bolsonaro para reverter demarcações de terras indígenas em estágio avançado e justificar o abandono, pela Funai, da defesa de comunidades indígenas em processos judiciais.

Mas, nesse mesmo pedido, os indígenas e organizações haviam solicitado a suspensão de todos processos judiciais que poderiam resultar em despejos ou na anulação de demarcações durante a pandemia de covid-19.

Esta solicitação já havia sido atendida no dia 6 de maio de 2021 pelo ministro Fachin, que determinou a suspensão de todas as ações e recursos sobre terras indígenas até que o processo de repercussão geral seja julgado pelo STF ou até o fim da pandemia, caso ela perdure mais do que isso.

Fachin, em sua decisão, lembra que os indígenas sofreram historicamente com as doenças trazidas pelos europeus e que “essas moléstias foram responsáveis, até recentemente, por dizimarem etnias inteiras pelo interior do país”.

Para o ministro, o risco de novas reintegrações de posse em meio à pandemia agravaria a situação dos indígenas, “que podem se ver, repentinamente, aglomerados em beiras de rodovias, desassistidos e sem condições mínimas de higiene e isolamento para minimizar os riscos de contágio pelo coronavírus”.

Fotos: comunidade da TI Pium

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

A morte de Rodolfo e Simão

Por Egydio Schwade*

Pelas 7:30hs da manhã, do dia 15 de julho de 1976, me despedi do Pe. Rodolfo Lunkenbein e do povo Bororo na aldeia de Meruri/MT. No mesmo dia, à noite, quando bati na porta da casa paroquial dos padres Claretianos, em Goiânia, ainda ouvi a toada final do Jornal Nacional. O Padre que me abriu a porta, com feições marcadamente perplexas, me pergunta: “Egydio, de onde você vem?” Quando disse que vinha de Meruri, me perguntou: Como está o Pe. Rodolfo!? Respondi: “Ele está bem”! Percebi então que alguém cochichou lá dentro querendo interromper o padre para não me assustar, mas ele diz instintivamente: “Mataram o Pe. Rodolfo hoje de manhã. Acabamos de ouvir no Jornal Nacional.”

No dia seguinte, cedo, voltei para Meruri com D. Tomás Balduino, então presidente do Cimi. D. Tomás era piloto e fomos com o seu aviãozinho. Em Meruri, reinava um clima de extrema tensão, mantido sob controle por um grupo de guerreiros xavantes que, de rifle em punho, protegiam a aldeia contra qualquer novo ataque dos fazendeiros.

Sob este forte clima de tensão, acompanhei, na mesma tarde, um irmão salesiano que foi buscar companheiros padres em Barra do Garças. Já era noite quando voltamos à Meruri. Todos silenciosos, reflexivos, tristonhos. De repente, um padre, também salesiano, professor de colégio, sentado do meu lado, colocando as duas mãos sobre a cabeça, interrompe o silêncio: “O P. Rodolfo foi um imprudente. O que será de nosso internato agora? Depois de tudo isso os fazendeiros não vão mais enviar os seus filhos para a nossa escola!”

E na homilia da missa de corpo presente do Pe. Rodolfo, o bispo de Guiratinga, D. Camilo Farisin comparava o martírio de Rodolfo com o massacre de dois outros salesianos, missionários entre os Xavantes na mesma região, na década de 1930. Os dois acontecimentos não tinham nada em comum, a não ser o fato de envolverem três confrades salesianos. Enquanto os dois primeiros morreram como tantos outros missionários, colonizadores e invasores, nos 500 anos de resistência indígena, ali em Meruri, selara-se uma nova presença missionária. O missionário morrendo pelo índio e o índio morrendo pelo missionário. Xavantes e Bororos sentiram e entenderam melhor esse novo momento: ali se selou uma aliança no sangue.

À frente do bispo, os Bororo choravam em prolongados lamentos, a morte do amigo Pe. Rodolfo e do irmão Simão, bororo, esquecido na homilia do bispo, morto ao lado do padre, “irmãos de sangue” – como diziam – ambos martirizados por fazendeiros. E os guerreiros Xavantes, de rifle em punho, cercavam a Missão, prontos para defender índios e missionários em caso de novo ataque.



Poucos meses antes, na III Assembleia Nacional Indígena, realizada ali perto em outra aldeia bororo, Aidje Bororo dizia: “A gente tem que defender o que é da gente. A gente tem que morrer pelo que é da gente”. E Chibae Ewororo, acrescentava: “Como sabemos tem muitos padres que estão sofrendo e lutando conosco”. E Aidje continuou: “Temos que reparar de onde recebemos benefícios. Estamos dispostos a se sacrificar por um missionário, se acontecer alguma desgraça com ele. Tive notícia de que um teve pena de 10 anos de cadeia em Campo Grande, por causa da questão do índio. (Tratava-se do Pe. Francisco Gentel da Prelazia de São Félix do Araguaia, francês, perseguido, preso e, finalmente, deportado pelo governo militar). Por causa da questão de terras. Estamos dispostos a arrancar as unhas por quem nos faz bem”.

Se a maioria dos Bispos, como D. Camilo, não conseguiram entender os novos caminhos desencadeados pela Igreja Missionária, não assim os índios e demais oprimidos, que, sentindo os efeitos dessa mudança, mudaram a sua atitude. O sinal visível estava ali: Xavantes, velhos e jovens, de rifle em punho, com certeza conhecedores da história dos missionários salesianos flechados em tempos idos, identificados como invasores de suas terras ou como gente que veio para amolecê-los e oferecer “franca entrada naquele sertão, favorecendo a todos a extração da borracha e outros produtos, inclusive, infelizmente, o garimpo que será causa de desavenças e desastres morais”. Como descreve, com “santo orgulho”, D. Pedro Massa, ex-Bispo da Prelazia do Rio Negro, os efeitos da ação missionária em seu livro “De Tupã a Cristo”. Essa missão trazia a morte para o povo indígena. A missão salesiana que os bororo e Xavante sentiram nascer em Meruri, com Pe. Rodolfo e o Cimi, lhes anunciava a vida.

Tanto o sermão de D. Camilo, como o desabafo do colega salesiano poucas horas após o martírio de Rodolfo e Simão, pela causa dos Bororo, exprimem a atitude missionária tradicional, do harmonioso convívio com o opressor, ocultando o processo etnocida de integração, sempre desfavorável ao índio.

* Egydio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia. Relação que se iniciou em 1963, num momento em que os povos daquela região eram dizimados, tendo seus territórios rasgados por estradas, invadidos, saqueados e sendo sistematicamente desqualificados e discriminados nas suas formas de ser e agir.